

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.845 - SP (2020/0272749-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**

**AGRAVANTE : GELÇO PEREIRA LINO**

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROCURADORE : GABRIELA JAPIASSÚ VIANA - SP311565**

**S**

**TALLES SOARES MONTEIRO - SP329177**

**CARLOS OGAWA COLONTONIO - SP246641**

**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE OSASCO**

**PROCURADORE : MARIA MANOELA DE LIMA CAMPOS TORRES -**

**S SP172007**

**ROGERIO MORINA VAZ - SP179189**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por GELÇO PEREIRA LINO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO MÉDICO. Pleito de fornecimento de equipamento de ventilação mecânica. Prova insuficiente quanto a especificação do equipamento necessário, bem como em relação a ineficiência do atual equipamento. Observância do art. 938, § 3º do NCPC. Autor que não atende a decisão judicial e não complementou a prova. Falta de prova da ineficiência do equipamento utilizado e da necessidade do indicado. Sentença reformada. Recursos providos

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 186, §§ 1º e 2º, do CPC, no que concerne ao cerceamento de defesa em razão da não realização de nova intimação da Defensoria Pública para apresentação de relatório médico e fisioterápico, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Patente que o venerando acórdão recorrido, ao não intimar novamente a Defensoria Pública para apresentação de relatório médico e fisioterápico determinado, ceifando o direito à parte do direito de produção de provas, violou frontalmente os artigos 186, par. 1º e 2º, do Código de Processo Civil, inteiramente aplicável ao caso em tela.

[...]

In casu, assim que a Defensoria Pública foi intimada sobre a decisão monocrática da relatora do recurso de apelação para trazer aos autos novos relatórios técnicos sobre o aparelho, entrou em contato com a parte assistida. A parte autora, já logo no início da ligação, informou das dificuldades que enfrentaria, diante da imprescindibilidade de agendamento de consulta médico e do fisioterapeuta para conseguir os relatórios determinados.

Assim como explicitado nos Embargos de Declaração, o caos no SUS, principalmente na cidade de Osasco, faz com que o assistido leve meses para conseguir se consulta novamente com o médico especialista. Em muitos casos, em razão do vultoso número de atendimentos médicos, tais experts mantêm resistência em conceder relatórios devidamente especificados, conformem exigem os magistrados.

[...]

Segundo a parte assistida, foi justamente este contexto burocrático que a impediu de cumprir imediatamente a determinação feita em segunda instância. Em primeiro lugar, porque se tratava de relatórios de dois profissionais. Em segundo, porque, tanto o médico, como o fisioterapeuta fizeram, no início, uma descrição insuficiente do aparelho pleiteado. Assim, foi necessário novo agendamento das duas consultas para os profissionais pudessem complementar, agora cumprindo especificadamente os requisitos exigidos pela decisão judicial.

Portanto, não se tratou de resistência da parte autora, ora recorrente, tampouco descaso da decisão determinada, até porque o pleito ainda se mantém e a urgência na aquisição do aparelho é patente. Trata-se da única via para viabilizar a manutenção da vida do autor em sua residência.

No caso de ter transcorrido in albis o prazo prescrito pelo relator, nos termos do artigo 186, par. 2º, CPC, o relator deveria ter determinado a intimação pessoal da parte assistida, considerando que se trata de incumbência específica da parte e não do defensor público. Assim não procedendo, há verdadeira afronta ao referido dispositivo legal.

Pelo que se verifica do caso em análise, o acórdão julgou com base o ônus da prova, inscrito no artigo 373, I, do CPC, pois, segundo a decisão, o autor não teria se desincumbido de demonstrar a necessidade técnica de um novo aparelho. Contudo, na verdade, a parte, em razão de questões burocráticas relacionadas ao SUS, não conseguiu cumprir o prazo estipulado pelo órgão julgador, mas, ao final, acabou por cumprir seu ônus probatório (vide relatórios de fls. 4 e 5) (fls. 251/254).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma

vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente